

As eleições em Marrocos: mudança na continuidade?!

07 | Setembro | 2007

Isabel Alcario, *IPRI-UNL*

[Estudos Regionais - África](#)

As eleições legislativas que se realizam hoje, 7 de Setembro de 2007, em Marrocos significarão, de acordo com todas as previsões, uma ascensão eleitoral clara dos islamistas moderados do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), mas não necessariamente uma mudança no regime político marroquino.

Com efeito, e apesar do rei Mohamed VI ter afirmado que o próximo Primeiro-ministro será nomeado de acordo com os partidos maioritários nas eleições e que os acontecimentos de 2002 não se irão repetir (quando o rei nomeou para Primeiro-ministro Driss Jettou, personalidade do seu círculo e sem ligações partidárias), os analistas parecem não acreditar numa verdadeira mudança do cenário político marroquino. Afinal, foi também o próprio monarca quem, no discurso de comemoração do 8º aniversário da sua entronização, demonstrou que o escrutínio tem um carácter de continuidade e que «as eleições não questionam a identidade do Estado marroquino ou os fundamentos do seu regime, ou seja, o Islão aberto e moderado, a monarquia constitucional, a unidade nacional, a integridade territorial e a democracia social».

Os temas fortes da campanha eleitoral têm sido a consagração das expectativas de ascensão do PJD, já prevista desde as últimas legislativas, e as tentativas de captação do interesse dos cidadãos pelo processo eleitoral. A apatia dos eleitores tem sido uma constante cada vez mais acentuada e nem a ênfase nas questões económicas, nomeadamente as promessas de criação de emprego nos programas eleitorais, tem conseguido despertar o interesse pelo escrutínio percebido como inútil pelos cidadãos, como os dados oficiais relativos à participação dos jovens demonstram (os jovens entre os 18 e os 24 anos representam apenas 9% dos eleitores inscritos, face a cerca de 25% potenciais eleitores).

Por outro lado, a dispersão partidária (cristalizada na apresentação de 33 partidos ao acto eleitoral), impede a formação de maiorias claras no Parlamento. Porém, as previsões dão ao PJD uma expressiva vantagem em relação às restantes formações políticas, com a conquista de 60 a 65 mandatos parlamentares, com o partido a

conquistar votos inclusivamente no mundo rural, tradicional feudo dos partidos de apoio ao Estado.

A ascensão islamista parece dever-se quer à participação do PJD na oposição do Parlamento, onde é actualmente a terceira força, quer à sua imagem conservadora moderada.

Porém, a Administração marroquina tomou medidas face ao desafio da ascensão islamista e apresentou um novo mapa de círculos eleitorais, tirando peso aos círculos onde o partido tem mais força, e o anúncio da participação de El Himma (ministro do actual governo tido como o braço direito de Mohamed VI) no processo eleitoral permitem-nos conjecturar sobre o cenário saído da eleições: um Parlamento onde o PJD é a maior força e um governo de coligação que poderá integrar ou não o partido, mas seguramente sem nomear um Primeiro-ministro que lhe seja afecto... e assim o Monarca poderá cumprir a sua promessa.